



PROGRAMA DE TRABALHO 2020

JOÃO MANOEL GONÇALVES BARBOSA
Presidente

FLÁVIA VINHAES SANTOS
Vice-Presidente



COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO EM OUTUBRO DE 2019

CONSELHEIROS EFETIVOS

1º TERÇO: (2017-2019)

*Arthur Camara Cardozo
João Manoel Gonçalves Barbosa
Regina Lúcia Gadioli dos Santos*

2º TERÇO: (2018-2020)

*Antônio dos Santos Magalhães
Flávia Vinhaes Santos
Jorge de Oliveira Camargo*

3º TERÇO: (2019-2021)

*Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Thiago Leone Mitidieri
José Antonio Lutterbach Soares*

CONSELHEIROS SUPLENTE

1º TERÇO: (2017-2019)

*Andréa Bastos da Silva Guimarães
Gisele Mello Senra Rodrigues
Marcelo Pereira Fernandes*

2º TERÇO: (2018-2020)

*André Luiz Rodrigues Osório
Gilberto Caputo Santos
Miguel Antônio Pinho Bruno*



3º TERÇO: (2019-2021)

*Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz
José Ricardo de Moraes Lopes
Clician do Couto Oliveira*



ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Wellington Leonardo da Silva

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos

SECRETÁRIA DE FISCALIZAÇÃO

Mônica Assunção Silva

SECRETÁRIO DE REGISTROS

Josivaldo de Lira

COORDENADORA DE CURSOS

Cláudia Oliveira Colares Valentim

BIBLIOTECÁRIA

Elisiene Gomes da Silva e Silva



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. AÇÕES PRIORITÁRIAS

3. PRINCIPAIS OBJETIVOS

4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

I - INTRODUÇÃO

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro, para o exercício de 2020, tem como fio condutor a continuidade da execução do planejamento estratégico iniciado há 19 (dezenove) anos na Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da entidade e sua capacitação para o cumprimento de sua missão institucional primária que é a fiscalização profissional das Pessoas Jurídicas e Físicas que exercem as atribuições privativas e inerentes aos Economistas. Tendo em vista os avanços obtidos durante os últimos exercícios, o atual gestor, Conselheiro-Presidente João Manoel Gonçalves Barbosa propõe como prioridades, a continuidade dos esforços para promover a valorização profissional dos economistas; a ampliação e consolidação da estrutura de fiscalização; a manutenção dos esforços para garantir adequada capacidade financeira, via ingresso de novos registros; a continuidade da realização de eventos, a publicação de livros e cartilhas sobre questões vinculadas a Ciência Econômica; a manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com o Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro e os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do CORECON-RJ, a partir da ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, universidades e imprensa.

As ações que compõe o Plano de Trabalho foram definidas, ao longo dos anos, pelos sucessivos presidentes, plenários e chefias de cada Secretaria, ao amparo de cinco projetos, a saber:

Projeto 1 – Valorização da profissão

Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora

Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira

Projeto 5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

As principais ações estratégicas do Programa de Trabalho estão agrupadas, atualmente, nos projetos 1, 2 e 5 sendo complementadas pelas contidas nos de n.º 3 e 4.

Em relação ao **Projeto 1** trabalharemos em conjunto com o Conselho Federal, com o Sindecon-RJ e com os demais conselhos regionais com o objetivo de combater a política de desregulamentação da profissão; monitorando a



tramitação do PLS 658/07, e buscando contribuir para que sua aprovação signifique, de fato, o resgate e atualização da legislação regulamentadora das atividades profissionais dos economistas; aperfeiçoaremos o monitoramento dos editais de concursos públicos em defesa do campo profissional dos economistas; manteremos a oferta de cursos de aperfeiçoamento técnico aos profissionais registrados em situação regular perante o Conselho; manteremos a premiação para os alunos autores das melhores monografias de fim de curso; e a promoção da Gincana Estadual de Economia destinada ao mesmo público. Em relação às ações relacionadas no **Projeto 2** a expectativa é a possível ampliação da estrutura da Secretaria de Fiscalização durante o próximo exercício, aprimorando e ampliando o raio de ação da fiscalização, tendo como foco principal as pessoas jurídicas que atuam no campo da Ciência Econômica. Em relação ao **Projeto 3** as principais prioridades são a continuidade do processo de reestruturação da Secretaria de Registros; a complementação do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e gestão, principalmente em relação aos processos de execução fiscal; e a promoção de atividades destinadas à capacitação e atualização dos empregados da Autarquia. Na execução do **Projeto 4** continuaremos priorizando o aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança de anuidades e taxas; a execução da política para tratamento da inadimplência, por via administrativa e jurídica; desenvolvendo esforços para elevar a quantidade de registros de pessoas jurídicas e físicas, e aprofundando a política de preservação do valor da reserva financeira. Vinculadas ao **Projeto 5** encontram-se o desenvolvimento de relações mais próximas com os demais conselhos regionais de economia; as instituições acadêmicas, buscando elevar a qualidade e quantidade das interações com os estudantes e professores de economia; a ampliação do relacionamento com instituições públicas e privadas, buscando consolidar e amplificar a influência do CORECON-RJ na discussão de temas de interesse público relevantes, tais como, a análise e acompanhamento dos reflexos da crise econômica internacional e seus impactos na economia brasileira; a dimensão adequada para o papel do Estado Brasileiro na economia; orçamento público; dívida pública; reformas tributária, agrária e política; e os processos de integração regional (MERCOSUL; CAN; Comunidade Sul Americana de Nações; Alba e Alca); bem como apoiar iniciativas, a exemplo do movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil. Para potencializar os resultados a serem obtidos com este projeto, o CORECON-RJ também seguirá apoiando e estreitando relações com fóruns, redes e associações sem fins lucrativos, ligados a movimentos sociais que tratam dessas questões, dentre as quais se encontram a Associação de Economistas da América Latina e o Caribe; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; Rede Brasileira para Integração dos Povos; Fórum Brasil do Orçamento; Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro; e Campanha de



Auditoria das Dívidas. Incluem-se ainda nesta área as iniciativas voltadas para o fortalecimento do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e sua disseminação por outros estados da federação.

II - AÇÕES PRIORITÁRIAS

1 – Valorização da Profissão

- 1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais Conselhos Regionais e o Conselho Federal;
- 1.2 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do economista a partir da legislação existente;
- 1.3 – acompanhar as oportunidades de trabalho e a situação profissional dos peritos, cadastrados, junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- 1.4 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições;
- 1.5 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado;
- 1.6 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das Universidades do Estado;
- 1.7 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários;
- 1.8 – realizar a 10ª Gincana Estadual de Economia;
- 1.9 – manter a oferta de cursos, inclusive gratuitos, de aperfeiçoamento técnico para os economistas em situação regular perante o Conselho;
- 1.10 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado;
- 1.11 – acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças em nossa página na Internet;
- 1.12 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, junto a governos; autarquias; empresas públicas e privadas; órgãos governamentais e terceiro setor;
- 1.13 – continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista;
- 1.14 – continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos editais e de convocação dos aprovados para os cargos de economista;
- 1.15 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet;

- 1.16 – manter o processo de atualização do acervo de títulos da Biblioteca, priorizando temas vinculados a questão do desenvolvimento;
- 1.17 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico;
- 1.18 – aproximar os estudantes de Economia do estado ao Conselho, incentivando e financiando sua participação nos eventos do Sistema COFECON-CORECONS de caráter nacional e regional.

2 – Intensificação da ação fiscalizadora

- 2.1 – manter o processo de aprimoramento do sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases;
- 2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos;
- 2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, repassando para a Secretaria de Registros as informações que conseguir;
- 2.4 – identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos;
- 2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e manter a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização;
- 2.6 – continuar investindo na identificação e consequente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado;
- 2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro;
- 2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens com os nomes dos economistas que nelas atuam;
- 2.9 – manter a política de executar ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento do governo do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos economistas;
- 2.10 – aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as prefeituras municipais do Estado do Rio de Janeiro;
- 2.11 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa, tais como, o convênio firmado com a Junta Comercial do Estado, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, o Diário Oficial do Estado, jornais

imprensa e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica;

2.12 – firmar convênio com a e o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior;

2.13 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades do Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional;

2.14 – realizar campanhas de esclarecimento, direcionada aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão;

2.15 – iniciar ações sobre empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental;

2.16 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de economia internacional;

2.17 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de auditoria;

2.18 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional;

2.19 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do CORECON-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro;

2.20 – elevar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2019;

2.21 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas;

2.22 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais;

2.23 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista;

2.24 – utilizar a oferta de cursos e convênios, além da Biblioteca, como emuladores de processos de fiscalização;

3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno;

3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não presenciais;

3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, editar manual contendo seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental;

3.4 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos;

- 3.5 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso;
- 3.6 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas;
- 3.7 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão;
- 3.8 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos;
- 3.9 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados;
- 3.10 – prosseguir com o processo de digitalização do acervo documental da entidade;
- 3.11 – continuar ordenando e reorganizando o material bibliográfico armazenado, assim como planejar e realizar o inventário anual da Biblioteca, a fim de corrigir possíveis incompatibilidades entre acervo e sistema;
- 3.12 – reunir, organizar e difundir, de acordo com as normas bibliográficas, adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional, o acervo da Biblioteca;
- 3.13 – prosseguir com o trabalho de uniformização dos índices de autor, assunto e editora do acervo da Biblioteca;
- 3.14 – continuar promovendo a descrição do conteúdo dos documentos, a sinalização das informações e das fontes de cada unidade documental do acervo, de modo a facilitar o acesso, localização, utilização e intercâmbio, e difundir sua existência;
- 3.15 – continuar promovendo o intercâmbio com outras Bibliotecas possibilitando o acesso a documentos e publicações não existentes em nosso acervo, principalmente com temas relacionados ao desenvolvimento econômico;
- 3.16 – continuar desenvolvendo os produtos e serviços oferecidos no espaço reservado a Biblioteca na página do Conselho na Internet;
- 3.17 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional ao conjunto dos empregados da Autarquia;
- 3.18 – criar ouvidoria em nossa página na Internet sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Conselho;
- 3.19 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na SEREG, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos;
- 3.20 – disponibilizar ao público uma caixa de reclamações, sugestões e elogios na SEREG;

4 – Potencialização da capacidade financeira

- 4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes;
- 4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário;
- 4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos;
- 4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas;
- 4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização;
- 4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional;
- 4.7 – intensificar a política de aplicação das reservas financeiras em títulos públicos;
- 4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las;

5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

- 5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil;
- 5.2 – realizar seminários sobre a economia regional;
- 5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico;
- 5.4 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento;
- 5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do Conselho, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e decorrentes de parcerias com outras instituições;
- 5.6 – elaborar e executar projetos técnicos abordando temas do campo da ciência econômica;
- 5.7 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares;
- 5.8 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica;
- 5.9 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica;
- 5.10 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos;
- 5.11 – contribuir na viabilização do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia de 2020;



3. PRINCIPAIS OBJETIVOS

3.1 – elevar em 5% (cinco por cento) a receita de anuidades correntes verificada em 2018;

3.2 – elevar em 10% (dez por cento), os recebimentos de anuidades vencidas através de processos administrativos;

3.3 – elevar em 5% (cinco por cento), o número de novos registros em relação ao exercício de 2018;

4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A execução deste Programa de Trabalho será acompanhada, junto aos Secretários responsáveis pelas ações elencadas, como objetivo de garantir a sinergia necessária á sua execução e o alcance dos objetivos fixados.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2019

JOÃO MANOEL GONÇALVES BARBOSA
Presidente